

Demonstrações Financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



Centro Empresarial Queiroz Galvão - Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuço, 858
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife - PE - Brasil

Tel: +55 81 3201-4800
Fax: +55 81 3201-4819
ey.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE 020728/O-7-T-CE

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015 (reclassificado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.036	23.814
Concessionárias e permissionárias	5	11.848	5.044
Estoques		306	-
Ativo financeiro indenizável	7	90.694	83.014
Tributos a recuperar	6	1.419	2.274
Outros créditos		726	61
Despesas antecipadas		8	-
		131.037	114.207
Não circulante			
Caixa restrito	4	26.215	13.216
Ativo financeiro indenizável	7	1.178.072	1.050.829
Imobilizado		194	182
Intangível		14	-
		1.204.495	1.064.227
Total do ativo		1.335.532	1.178.434
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	18.728	3.326
Empréstimos e financiamentos	9	33.323	30.223
Tributos a recolher	6	3.297	2.563
Obrigações estimadas		540	896
Outras contas a pagar	10	14.083	2.140
		69.971	39.148
Não circulante			
Fornecedores	8	1.212	2.866
Empréstimos e financiamentos	9	280.453	312.695
PIS e cofins diferidos	11	117.992	105.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	79.796	49.740
		479.453	470.752
Patrimônio líquido			
Capital social	14	570.000	568.500
Reservas de lucros		216.108	100.034
		786.108	668.534
Total do passivo e patrimônio líquido		1.335.532	1.178.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Notas	2016	2015 (reclassificado)
Receita operacional líquida	15	213.637	272.645
Custo da infraestrutura	16	(39.342)	(166.513)
Lucro operacional bruto		174.295	106.132
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	16	(1.213)	(26)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(1.362)	259
		(2.575)	233
Resultado do serviço		171.720	106.365
Resultado financeiro			
Receita financeira	17	5.371	3.234
Despesa financeira	17	(29.374)	(25.674)
		(24.003)	(22.440)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		147.717	83.925
Corrente:			
Imposto de renda	12	-	(1.270)
Contribuição social	12	(1.587)	(467)
		(1.587)	(1.737)
Diferido:			
Imposto de renda	12	(19.127)	(19.662)
Contribuição social	12	(10.929)	(7.088)
		(30.056)	(26.750)
		(31.643)	(28.486)
Lucro líquido do exercício		116.074	55.439
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		570.000	568.500
Lucro básico e diluído por lote de 1000 ações – R\$		203,64	97,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	116.074	55.439
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>116.074</u>	<u>55.439</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de Lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	330.000	2.231	-	31.772	10.592	-	374.595
Aumento de capital (Nota 15)	238.500	-	-	-	-	-	238.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	55.439	55.439
Destinação do lucro							
Reserva legal	-	2.772	-	-	-	(2.772)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	13.167	(13.167)	-
Retenção de lucros	-	-	-	39.500	-	(39.500)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	568.500	5.003	-	71.272	23.759	-	668.534
Aumento de capital (Nota 15)	1.500	-	-	-	-	-	1.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	116.074	116.074
Destinação do lucro							
Reserva legal	-	5.803	-	-	-	(5.803)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	4.388	-	-	(4.388)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	26.471	(26.471)	-
Retenção de lucros	-	-	-	79.412	-	(79.412)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	570.000	10.806	4.388	150.684	50.230	-	786.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração de fluxo de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	116.074	55.439
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	-	26
Remuneração dos ativos de concessão	(189.118)	(116.796)
Receitas, juros e variações monetárias líquidas	21.179	21.618
PIS e cofins diferidos	12.525	27.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.056	26.750
	<u>(9.284)</u>	<u>14.854</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	97.658	1.138
Tributos a recuperar	855	(526)
Ativo financeiro indenizável	(50.266)	(183.942)
Estoques	(306)	-
Outros créditos	(665)	1
Despesas antecipadas	(8)	58
	<u>47.268</u>	<u>(183.271)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	13.748	(3.085)
Tributos a recolher	750	816
Obrigações estimadas	(357)	231
Outros passivos	11.943	2.140
	<u>26.084</u>	<u>102</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	<u>64.068</u>	<u>(168.315)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(9.577)	1.594
Aplicações no imobilizado e intangível	(26)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(9.603)</u>	<u>1.594</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento do capital social	1.500	196.400
Amortização de principal e juros de financiamentos e debêntures	(53.743)	(54.413)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	11.658
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(52.243)</u>	<u>153.645</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.222</u>	<u>(13.076)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	23.814	36.890
Saldo no final do exercício	<u>26.036</u>	<u>23.814</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.222</u>	<u>(13.076)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 09 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 08 (oito) Linhas de Transmissão e duas subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV – 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I;
- Subestação Garanhuns 500/230 kV – 600 MVA;
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga – Garanhuns C2, circuito simples (218 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Pau Ferro, circuito simples (209 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Campina Grande III, circuito simples (194 km);
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns – Angelim I, circuito simples (12 km);
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a CHESF, por obrigação do contrato de concessão.

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerros, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaiba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas: Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP(*)	Índice de correção
022/2011	30	08/12/2041	68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O valor da RAP projetada para o exercício de 2017 é de R\$ 105.335.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 7.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 17 de fevereiro de 2017.

a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas Valores expressos em milhares de reais.

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas considerados relevantes estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas da implementação de infraestrutura, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, quando existentes.

Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo financeiro. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas Notas 2.1 e 8.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de implementação da infraestrutura relacionado com ampliação da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. O ativo financeiro é registrado em contrapartida a receita de implementação de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. O ativo financeiro de indenização será reconhecido quando a implementação da infraestrutura for finalizada.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas---Continuação

Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é fixa e determinada com base nos custos efetivos do projeto original vinculado ao contrato de concessão. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de implementação de infraestrutura prestado, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de implementação de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de implementação da infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação de infraestrutura mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de implementação da infraestrutura.

Valor do ativo indenizável

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

As receitas da Companhia são:

Receita de implementação da infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação de infraestrutura e encargos.

Receita de remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva, sobre o montante a receber da receita de implementação de infraestrutura, acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

Receita de Operação e Manutenção

Refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos--Continuação

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

d. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado.

e. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment* (redução do valor recuperável do bem ativo)

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado do exercício.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis-Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e as aplicações financeiras.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendia, as contas a receber (concessionárias e permissionárias e ativo financeiro da concessão).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administração não identificou evidência objetiva de redução ao valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de provisão.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

e. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram baixas de ativos financeiros que impactaram os direitos contratuais.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

f. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

g. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão, como já mencionado nas Notas 2.1 e 8.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber.

h. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

j. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

k. Provisões--Continuação

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja "provável". Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

l. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas de remuneração dos ativos da concessão no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- A concedente controla ou regulamenta quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- A concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura implementada, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo serviços de implementação de infraestrutura ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de implementação da infraestrutura; a concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se a concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de implementação da infraestrutura do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de implementação da infraestrutura foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita de remuneração dos ativos da concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos", no passivo não circulante, e como deduções da receita operacional bruta, nas demonstrações de resultados.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.3 Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis" procedeu às seguintes reclassificações, para melhor comparabilidade entre as informações de 2015 e 2016.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

	Ref.	2015		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Ativo				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de caixa	(a)	383	23.431	23.814
Aplicações financeiras		23.431	(23.431)	-
Outros ativos circulantes		90.393	-	90.383
Total do passivo circulante		114.207	-	114.207
Não circulante				
Outros ativos não circulantes		1.064.227	-	1.064.227
Total do passivo não circulante		1.064.227	-	1.064.227
Total do passivo e patrimônio líquido		1.178.434	-	1.178.434
Passivo				
Circulante				
Pis e cofins diferidos	(a)	8.480	(8.480)	-
Outros passivos circulantes		39.148	-	39.148
Total do passivo circulante		47.628	(8.480)	39.148
Não circulante				
Pis e cofins diferidos	(a)	96.971	8.480	105.451
Outros passivos não circulantes		365.301	-	365.301
Total do passivo não circulante		462.272	8.480	470.752
Patrimônio Líquido		668.534	-	668.534
Total do passivo e patrimônio líquido		1.178.434	-	1.178.434

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.3 Reclassificações de saldos comparativos--Continuação

	Ref.	2015		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Receita líquida	(b)	272.897	(252)	272.645
Custo dos serviços		(166.765)	252	(166.513)
Despesas gerais e administrativas		(26)	-	(26)
Outras receitas (despesas) operacionais	(b)	259	-	259
Receitas financeiras		3.234	-	3.234
Despesas financeiras		(25.674)	-	(25.674)
Imposto de renda e contribuição social		<u>(28.486)</u>	-	<u>(28.486)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>55.439</u>	-	<u>55.439</u>

	Ref.	2015		
		Apresentado	Reclassificações	Reclassificado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(a)	(169.805)	1.490	(168.315)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(a)	16.513	(14.919)	1.594
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		153.645	-	153.645
Redução no caixa e equivalentes de caixa Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	(a)	353	(13.429)	(13.076)
Saldo no início do exercício	(a)	30	36.860	36.890
Saldo no final do exercício	(a)	<u>383</u>	<u>23.431</u>	<u>23.814</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>353</u>	<u>13.429</u>	<u>(13.076)</u>

- (a) Reclassificação de aplicações financeiras de liquidez imediata, contabilizadas anteriormente como aplicações financeiras para caixa e equivalentes de caixa.
- (b) Reclassificação de PIS e Cofins diferidos, contabilizados anteriormente como passivo circulante para o passivo não circulante.
- (c) Reclassificação de despesas com taxas regulamentos, contabilizadas anteriormente como custo da infraestrutura para receita líquida.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	4.370	383
Aplicações financeiras	21.666	23.431
	26.036	23.814

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em Fundo de Investimento DI, todos com vencimento inferior a 90 dias, com taxas de remuneração que variam de 100% a 102% do CDI.

4. Caixa restrito

O saldo do caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do caixa restrito é R\$ 26.215 (R\$ 13.216 em 31 de dezembro de 2015).

5. Concessionárias e permissionárias

	2016	2015
Encargos de uso da transmissão a receber	11.848	5.044
	11.848	5.044

6. Tributos a recuperar e a recolher

	2016	2015
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	850	2.262
CSLL retida na fonte	202	2
IRPJ retida na fonte	302	3
Outros	65	7
	1.419	2.274
Passivo		
Circulante:		
Imposto de renda	135	1.270
CSLL	2.101	466
PIS a recolher	179	-
Cofins a recolher	834	11
ISS a recolher	25	758
Outros	23	58
	3.297	2.563

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Ativo financeiro indenizável

	2016	2015
Saldo inicial	1.133.843	839.286
Remuneração dos ativos da concessão	189.118	116.796
Receita de infraestrutura	34.628	183.434
Receita de O&M	16.119	508
Realização do ativo financeiro (RAP)	(104.943)	(6.181)
Saldo final	1.268.766	1.133.843
Circulante	(90.694)	(83.014)
Não circulante	1.178.072	1.050.829

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União – Poder Concedente e a Interligação Elétrica Garanhuns S.A. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura implementada da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para a implementação da infraestrutura de transmissão. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de fornecedores é R\$ 19.940(R\$ 6.192 em 31 de dezembro de 2015).

9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Moeda Nacional		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1)		
Principal	313.423	342.524
Encargos	881	969
	314.304	343.493
(-) Custos de transação	(528)	(575)
	313.776	342.918
Circulante	(33.323)	(30.223)
Não circulante	280.453	312.695

- (1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

<u>Parcela</u>	<u>Valor original</u>	<u>Indexador</u>	<u>Spread (% a.a.)</u>
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,50
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	N/A

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e estão amortizando nas mesmas bases de amortização dos empréstimos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017	-	29.281
2018	25.944	29.281
2019	25.944	29.281
2020	25.944	29.281
2021	25.944	29.281
Após 2021	176.677	166.290
	280.453	312.695

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está assim representada:

	2016	2015
Saldo inicial	342.918	362.379
Captações	-	11.610
Juros incorridos	24.601	23.342
Amortização de principal e juros	(53.743)	(54.413)
Saldo final	313.776	342.918

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. Em 31 de dezembro de 2016, os referidos índices foram cumpridos.

10. Outras contas a pagar

	2016	2015
Indenizações a pagar	11.493	1.893
Taxas regulamentares	2.589	246
Outros	1	1
	14.083	2.140

11. PIS e Cofins diferidos

As contribuições de PIS e Cofins incidem sobre a receita de infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. O total destes tributos é R\$ 117.992 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 105.451 em 31 de dezembro de 2015). O recolhimento será realizado, conforme o previsto na Lei 12.973/14.

12. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	147.717	83.926
Alíquota de IR e CSLL (34%)	50.224	28.535
Adições (exclusões), líquidas	(14.193)	(49)
Incentivo fiscal	(4.388)	-
	31.643	28.486
Alíquota fiscal efetiva	21%	34%

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação de infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01) reconhecidos por competência, que serão oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos no. 83 e 84 da Instrução Normativa no. 1.515 e Lei 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 79.796 (R\$ 49.740 em 31 de dezembro de 2015). O valor da despesa correspondente é de R\$ 30.056 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 26.750 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é calculado levando-se em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia, e 34% após estas datas.

13. Provisão para contingências

A Companhia possui em andamento ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia e processos administrativos de cobrança indevida do diferencial de alíquota do ICMS na SEFAZ-PE em 31 de dezembro de 2016, que totalizam aproximadamente R\$ 32.264, os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos quase em sua totalidade como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$ 600.000.

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 570.000 (R\$ 568.500 em 31 de dezembro de 2015), representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

O Conselho de Administração aprovou aporte no capital social no montante de R\$ 238.500, mediante aporte dos acionistas, em moeda corrente do país, conforme aprovado em Reuniões do Conselho de Administração, datadas de 04 de março, 24 de abril, 29 de maio, 06 e 14 de julho, 07 e 12 de agosto, 04 de setembro, 09 de outubro e 13 de novembro de 2015.

O Conselho de Administração aprovou aporte no capital social no montante de R\$ 1.500, mediante aporte dos acionistas, em moeda corrente do país, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração, datada de 03 de fevereiro 2016.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações		%
	2016	2015	
CTEEP	290.700.000	289.935.000	51%
CHESF	279.300.000	278.565.000	49%
	570.000.000	568.500.000	100%

b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2016, a Administração não propôs o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 26.471 (2015: R\$ 13.167), considerando que a situação financeira da Companhia é incompatível com o pagamento desses dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76. Assim, propôs a constituição para a reserva de retenção de lucro, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações.

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Lucro líquido exercício	116.074	55.439
(-) Reserva legal	(5.803)	(2.772)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(4.388)	-
Base de cálculo	105.883	52.667
Dividendos mínimos obrigatórios	26.471	13.167

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administração não constituiu a obrigação de pagamento dos dividendos mínimos. O valor correspondente de dividendos mínimos desses exercícios, foram registrados, como reserva especial de dividendos, no patrimônio líquido.

15. Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita operacional		(reclassificado)
Remuneração dos ativos da concessão (a)	189.118	116.796
Receita de infraestrutura (b)	34.628	183.434
Receita de operação e manutenção (c)	16.119	508
	239.865	300.738
Deduções da receita operacional		
PIS	(3.958)	(4.966)
Cofins	(18.230)	(22.875)
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	(363)	(57)
Ministério de Minas e Energia – MME	(181)	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(363)	-
Quota para Reserva Global de Reversão – RGR	(2.716)	(169)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(418)	(26)
	(26.228)	(28.093)
Receita operacional líquida	213.637	272.645

(a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada à implementação de infraestrutura sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida--Continuação

(c) Receita de operação e manutenção

Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

16. Custos dos serviços de construção e despesas operacionais

	2016	2015
		(reclassificado)
Custos da infraestrutura	(39.342)	(166.513)
Administrativas e gerais	(1.213)	(26)
Outras receitas operacionais	(1.362)	259
	<u>(41.917)</u>	<u>(166.280)</u>
Serviços de construção	(33.881)	(142.553)
Faixa de servidão	-	(19.654)
Tributos e taxas	(96)	(4.866)
Material de construção	-	(2.934)
Estudos e projetos	(73)	-
Salários e encargos sociais	(4.651)	(4.718)
Desapropriações	-	9.398
Outras despesas	(3.216)	(933)
	<u>(41.917)</u>	<u>(166.280)</u>

17. Receita e despesa financeira

	2016	2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.900	3.183
Outras receitas financeiras	471	51
	<u>5.371</u>	<u>3.234</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(24.601)	(23.295)
Fiança bancária	(3.955)	(1.956)
Outros	(818)	(423)
	<u>(29.374)</u>	<u>(25.674)</u>
Resultado financeiro	<u>(24.003)</u>	<u>(22.440)</u>

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados por: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. O principal propósito dos empréstimos e financiamentos é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação – R\$
2016		
Reais	+20	(4.911)
Reais	-20	4.911
2015		
Reais	+20	(4.785)
Reais	-20	4.785

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

19. Cobertura de seguros

A Empresa mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas subestações de transmissão de energia elétrica, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A vigência da apólice de seguros é 16 de fevereiro de 2016 a 16 de fevereiro de 2017.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

Finalidade do seguro	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	25.000
Danos elétricos (Instalações)	6.000

A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exames dos auditores independentes.